

PORTARIA CFC N.º 132, DE 19 DE MAIO DE 2021.

Aprova o Termo de Compartilhamento de Dados sob Confidencialidade com os Conselhos Regionais de Contabilidade.

O PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC), no uso de suas atribuições legais e regimentais,

Considerando a Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);

Considerando o Decreto-Lei n.º 9.295, de 27 de maio de 1946, que disciplinou as atribuições dos Conselhos de Contabilidade;

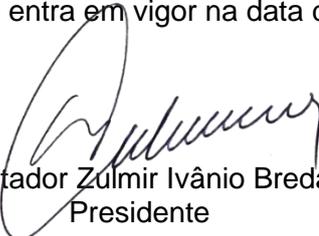
Considerando que os Conselhos de Contabilidade são autarquias especiais, dotados de personalidade jurídica de direito público, forma federativa, prestam serviço de natureza pública e possuem autonomia administrativa, financeira e patrimonial;

Considerando a necessidade de regulamentar a cooperação entre o CFC e os Conselhos Regionais de Contabilidade, com vistas ao compartilhamento de dados pessoais armazenados em banco de dados do CFC, a fim de garantir o cumprimento de suas atribuições legais em conformidade com as disposições da LGPD;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Termo de Compartilhamento de Dados sob Confidencialidade – CFC e Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs), com o objetivo de regulamentar a cessão de dados pessoais armazenados no banco de dados do CFC com os CRCs, no cumprimento de suas atribuições legais, conforme Modelo I.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.



Contador Zulmir Ivânio Breda
Presidente

Modelo I

TERMO DE COMPARTILHAMENTO DE DADOS SOB CONFIDENCIALIDADE ENTRE O CFC E CRCXX

Termo de Compartilhamento de Dados sob Confidencialidade que, entre si, celebram o Conselho Federal de Contabilidade e o Conselho Regional de Contabilidade XXXXXXXXX (CRCXX), para apoio institucional e acesso à base de dados.

Pelo presente Termo de Compartilhamento de Dados sob Confidencialidade, de um lado, o **CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC)**, autarquia federal com sede no Setor de Autarquias Sul (SAUS) – Brasília – Quadra 5 – Bloco J – Lote 3 – CEP: 70070-920, Brasília (DF), inscrito no CNJP sob o n.º 33.618.570/0001-07, representado pelo seu presidente, **ZULMIR IVÂNIO BREDA**, brasileiro, casado, contador, CRCRS – XXXXX, inscrito no CPF sob o n.º XXXXXXXXX; e, de outro lado, o **CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE XXXXXXXXX – CRCXX**, inscrito no CNPJ sob o n.º XXXXXXXXXX, estabelecido no XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX – CEP XXXXXXXXXXXX, neste ato representado por seu presidente, XX; têm ajustado e acordam, entre si, sob os fundamentos e as cláusulas a seguir elencadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente termo de compartilhamento tem por objeto regulamentar a cooperação entre as partes, visando ao compartilhamento (cessão) mútuo de dados pessoais de profissionais registrados, empregados e colaboradores, armazenados no âmbito do Sistema CFC/CRCs, por meio de relação cedente-cessionário, abarcando as seguintes medidas:

1.1.1. as especificações de confidencialidade dos dados a serem cedidos encontram-se no Anexo I deste Termo de Compartilhamento de Dados e devem seguir em conformidade à Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD);

1.1.2. observância e aplicação dos requisitos que assegurem a autenticidade e a

integridade dos documentos emitidos sob a forma digital ou eletrônica, assinados com certificação ICP-Brasil; e

1.1.3. as informações fornecidas pelas partes serão exclusivamente utilizadas para atender à sua prerrogativa administrativa e às finalidades institucionais.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

2.1. Caberá às partes:

2.1.1. disponibilizar e manter atualizados os dados especificados na CLÁUSULA PRIMEIRA deste termo, em formato acordado entre si;

2.1.2. prestar suporte referente à utilização dos dados;

2.1.3. informar, para as devidas providências, os casos identificados como suspeitos de irregularidades;

2.1.4. dispor dos meios necessários para manter o armazenamento seguro dos dados compartilhados;

2.1.5. indicar um interlocutor para a tramitação de assuntos técnicos oriundos deste termo;

2.1.6. guardar confidencialidade e assegurar a privacidade das informações compartilhadas, constituindo-se o presente em termo de confidencialidade;

2.1.7. não repassar, comercializar ou transferir a terceiros não autorizados, as informações individualizadas, no todo ou em parte, de forma a violar a confidencialidade da informação

2.1.8. não disponibilizar, emprestar ou permitir o acesso de pessoas, sistemas ou instituições não autorizadas às informações contidas na base de dados do Conselho;

2.1.9. compartilhar quaisquer informações complementares de interesse mútuo que venha a ter conhecimento ao longo da vigência deste termo;

2.1.10. não praticar ou permitir qualquer ação que comprometa a integridade da base de dados.

Parágrafo único. É de inteira responsabilidade das partes qualificadas neste acordo o sigilo das informações individuais contidas no sistema ou processo tecnológico envolvido em qualquer das etapas do ciclo da informação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DESPESAS

3.1. O presente termo não ensejará qualquer transferência de recursos financeiros entre as partes.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O presente instrumento vigorará a partir da data de sua assinatura pelas partes, devendo ser renovado a cada nova gestão do Sistema CFC/CRCs.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

5.1. As partes se comprometem a dar publicidade do presente termo em Portal da Transparência.

6. CLÁUSULA SEXTA – DA RESPONSABILIDADE E DA CONFIDENCIALIDADE DAS INFORMAÇÕES

6.1. O acesso aos dados a serem tratados somente poderá ser concedido aos conselheiros, empregados e colaboradores, devidamente autorizados.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1. E assim, por estarem de acordo, ajustadas, após lido e achado conforme, as partes abaixo assinadas firmam o presente termo, em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito.

Brasília (DF), XX de XXXXXX de 2021.

Conselho Federal de Contabilidade
Contador Zulmir Ivânio Breda – Presidente

Conselho Regional de Contabilidade XXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXX – Presidente

Anexo I

Termo de Confidencialidade

_____, por intermédio de seus representantes legais, doravante designada simplesmente PARTE, se compromete, por intermédio do presente TERMO DE CONFIDENCIALIDADE, a não divulgar, sem autorização, quaisquer informações de propriedade do CFC ou CRC, em conformidade com as seguintes cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA

1.1. A PARTE reconhece que tomou conhecimento de informações privadas, que podem e devem ser conceituadas como dados institucionais. Estas informações devem ser tratadas confidencialmente sob qualquer condição e não podem ser divulgadas a terceiros não autorizados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA

2.1. As informações a serem tratadas confidencialmente são aquelas assim consideradas que, por sua natureza ou definição legal, não são ou não deveriam ser de conhecimento de terceiros.

3. CLÁUSULA TERCEIRA

3.1. A PARTE reconhece que as referências dos incisos da Cláusula Segunda deste termo são meramente exemplificativas, e que outras hipóteses de confidencialidade, que existam ou venham a ser como tal definidas no futuro, devem ser mantidas sob sigilo. Em caso de dúvida acerca da natureza confidencial de determinada informação, o Conselho deverá mantê-la sob sigilo até que venha a ser autorizado expressamente a tratá-la diferentemente. Em hipótese alguma a ausência de manifestação expressa da PARTE poderá ser interpretada como liberação de qualquer dos compromissos ora assumidos.

4. CLÁUSULA QUARTA

4.1. A PARTE, ao término de vigência do Termo de Compartilhamento, promoverá imediata devolução ou eliminação de todo e qualquer material relacionado aos Conselhos de Contabilidade, inclusive notas pessoais, envolvendo matéria sigilosa, documentos de qualquer natureza, que tenham sido criados, usados ou mantidos sob seu controle, posse ou custódia, seja de seus empregados, prepostos, prestadores de serviço ou de fornecedores, com vínculo empregatício ou eventual, assumindo o compromisso de não utilizar qualquer informação sigilosa ou confidencial a que teve acesso em decorrência ou não do seu mandato.

Parágrafo único. A PARTE cientificará e determinará a todos os seus empregados, prepostos e prestadores de serviço que estejam, direta ou indiretamente, envolvidos com a prestação de serviços, a observância do presente termo, adotando todas as precauções e medidas para que as obrigações oriundas deste sejam efetivamente observadas.

5. CLÁUSULA QUINTA

5.1. A PARTE obriga-se a informar imediatamente acerca de qualquer violação das regras de sigilo ora estabelecidas, que tenha ocorrido por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo, bem como de seus empregados, prepostos e prestadores de serviço.

6. CLÁUSULA SEXTA

6.1. O descumprimento de quaisquer das cláusulas do presente termo acarretará a responsabilidade dos que, comprovadamente, estiverem envolvidos no descumprimento ou violação.

Cidade (UF), ____ de _____ de _____.

Representante Legal do Conselho